



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - LEI ROUANET			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0014/17	DATA: 14/02/2017	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 14h58min	TÉRMINO: 16h30min	PÁGINAS: 59

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ZULEICA AMORIM - Depoente.

SUMÁRIO

Audiência para tomada de depoimento da Sra. Zuleica Amorim.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Declaro aberta a 15ª reunião ordinária da CPI - Lei Rouanet.

I - Ata.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 14ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Fica dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Izalci Lucas.

Eu discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

II - Ordem do Dia.

Esta reunião ordinária foi convocada para a tomada de depoimento da Sra. Zuleica Amorim, em atendimento ao Requerimento nº 34, de 2016, e para deliberação de requerimentos.

Convido, portanto, a Sra. Zuleica Amorim para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra à depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido à depoente será de 20 minutos, não podendo ser apartada. Os Deputados interessados em interpelá-la deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá de 30 minutos para as suas interpelações; o autor do requerimento disporá de 10 minutos; cada Deputado membro inscrito terá o prazo de 5 minutos; e cada Deputado não-membro inscrito terá o prazo de 3 minutos.

Para atender as formalidades legais foi firmado pela depoente um termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, cujo teor solicito à depoente que faça a leitura.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Sra. Zuleica.



Tem a palavra a Sra. Zuleica Amorim, por até 20 minutos, para suas declarações.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu comecei a trabalhar na Produtora Bellini há 13 anos a convite do meu irmão. Eu morava em Jundiaí, separei-me e ele me ofereceu um trabalho e eu comecei a trabalhar como produtora de eventos. Na época, ele disse que trabalhava com projetos de Lei Rouanet, que ele e a esposa escreviam e que eu iria executar os projetos. Executar significa fazer orçamentos, cotações, levar fornecedores aos locais, medições, normas de segurança, todo cabeamento que eu precisaria fazer para adequação de shows realizados com segurança, extintores de incêndio, uma visita técnica para fazer um evento com norma de segurança. Eu contratava o *staff* também, como recepcionistas, seguranças, corpo de bombeiro, ambulâncias, médicos de plantão, assistentes para coordenar o fluxo de todas essas pessoas e credenciamento. Às vezes, eram mais de 100 pessoas trabalhando em um dia. Eu cuidava só dessa parte. Era a parte de produção, uma parte operacional. A partir do momento que eu terminava essa fase de orçamentos e de cotações, eu apresentava isso para a minha diretoria, que no caso era o Bellini, para aprovar, porque existem rubricas e teto nessas rubricas de quanto eu podia gastar com cada item. E eu não poderia de jeito nenhum gastar a mais. Quando eu fazia esses orçamentos, eu fazia com muito tempo de antecedência — fazia às vezes com 1 ano, 1 ano e meio de antecedência — ou por encomenda interna, para poder fazer um projeto para ser aprovado ou, caso o projeto já estar aprovado e tendo um patrocinador interessado, eu fazia novamente o orçamento, mas colocava sempre uma margem de segurança no valor. Eu colocava sempre um valor um pouco a mais, que era para poder ter uma margem de autonomia até. Eu tinha um orçamento aprovado, eu não ia ficar voltando toda vez para aprovar, caso 10, 20 reais fossem a mais. Os *shows* de que eu participei muitas vezes no projeto inicial eles eram determinados como sendo... O *show* vai ser em São Paulo, mas o patrocinador resolvia fazer um *show* em São Bernardo do Campo, por exemplo. Então, eu teria que ir para outro teatro. Nesse momento, eu explicava para o departamento que fazia os projetos que a cidade ia mudar, elas mandavam um comunicado, avisando o Ministério da Cultura que ia mudar o local. Então, novamente eu teria que fazer um novo orçamento. Então, o meu dia a dia era fazer



orçamento, entrar em contato com fornecedores, buscar sempre melhor preço e qualidade. Era o que eu fazia. A partir do momento em que eu fechava os orçamentos — eu tinha uma planilha onde eu colocava todos os serviços de que eu necessitava, colocava o valor —, a partir do momento em que estava aprovado, isso era encaminhado para o departamento financeiro, e eu não fazia nenhum pagamento. Então, eu não sabia nem de onde vinha esse centro de custo nem de que conta sairia. E simplesmente eu passava. Caso tivesse alguma dúvida, o fornecedor entrava em contato comigo: “Olha, não recebi” ou “O pagamento estornou”; eu falava: “Olha, não é comigo. Vocês têm que ligar no departamento financeiro”, para ficar sempre muito claro para os fornecedores que eu trabalhava nas contratações e não na parte de pagamento. Meu papel também se estendia para o dia próprio do evento, quando eu chegava e recebia todos os fornecedores e ficava até o final desse evento. Alguns projetos nossos de início já previam os convites para entidades de pessoas especiais. Nós providenciávamos ônibus, lanche, água, seguranças para tirar os cadeirantes dos ônibus para poderem assistir ao *show*. Alguns projetos tiveram cobrança de ingresso, mas já o projeto inicial previa a doação da bilheteria para algumas entidades, como a Santa Casa de Itapira. Então, quando tinha cobrança de ingresso é porque já era destinado. Mas a maioria dos nossos *shows* — a maioria não, todos —, eles eram abertos, eles eram gratuitos e tinham a presença de orquestra sinfônica. Era isso o que eu fazia. Vocês fiquem à vontade para poderem fazer a pergunta que vocês desejarem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

Em virtude de compromissos no Estado, eu quero nomear Relator *ad hoc* o Deputado Izalci Lucas.

Eu sei que haverá muitas perguntas, Deputado Izalci, e eu não gostaria que nós fizéssemos daquela forma como vem sendo feito. Acho melhor fazer a pergunta e, como me parece que a Sra. Zuleica responde de forma muito sucinta, então é melhor fazer as perguntas tipo um bate-bola, pergunta e resposta.

Como Relator e como autor também do requerimento, eu passo a palavra ao Deputado Izalci Lucas.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu vou falar primeiro como Relator. O Relator fez 44 perguntas, mas as dividiu em blocos. Eu vou fazer por bloco. Em vez de fazer por perguntas faço por bloco.

Primeiro, ele fala em relação ao Ministério da Cultura. Se V.Sa. já teve contato com algum Ministro ou com algum Secretário lá no Ministério da Cultura. Em caso positivo, pede detalhar quais Ministros e Secretários.

E com quais servidores também V.Sa. teve algum contato? Pede para listar o nome das pessoas.

Com que frequência, se é que tinha essa relação, pessoas ligadas ao grupo Bellini, se V.Sa. não tinha contato, mantinham contato do grupo Bellini com o Ministério da Cultura? Quais os servidores e que relação era essa? Qual a frequência desses encontros?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A Sra. Zuleica tem a palavra.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Eu nunca vim para cá. É a primeira vez que eu venho para cá. Nunca estive no Ministério da Cultura. Existia um departamento que fazia os projetos. Não era o meu departamento. E qualquer dúvida que ocorria, eu sei que as pessoas que eram do departamento ligavam para o Ministério da Cultura para fazer alguns esclarecimentos. Caso tivesse alguma necessidade, eu sei que o Sr. Bellini vinha aqui, mas com hora marcada, com... Nada...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O.k.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Mas, da minha parte, eu nunca tive nenhum contato com ninguém aqui.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Alguém esteve lá na empresa? Soube de alguém que foi lá na empresa?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Nunca soube.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Do Ministério? Algum servidor?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não? Com relação à questão político-partidária, V.Sa. tem algum conhecimento ou sabe se a Bellini atuou junto com alguém do Partido dos Trabalhadores ou da...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Nunca.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ou o tesoureiro? Se houve alguma doação ou alguma coisa assim ou não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Nós nunca tivemos envolvimento partidário. Nunca. Nenhum trabalho nesse sentido.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Segundo afirmado pela Procuradoria, a Procuradora Karen, perante esta Comissão, esta CPI, em novembro de 2016 diz:

“Na medida em que houve gestão dos recursos públicos, eu arriscaria até em falar na suposta prática de peculato-desvio. Muito embora o Grupo Bellini fosse um grupo particular, de empresas privadas, uma vez que ele estava na gestão de recursos públicos, movimentando recursos da conta-movimento, da conta-captação (...)”

Sobre essa questão de conta V.Sa. não tem conhecimento? A parte financeira é só isso mesmo? V.Sa. atuava só no orçamento e acompanhava os eventos? É isso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É, na produção. A parte operacional.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Na parte operacional. Você recebia os fornecedores, verificava ingressos. Você distribuía os ingressos também ou não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim. Existe a parte da divulgação, existe a panfletagem.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - As pessoas lhe davam uma quantidade X para você distribuir? Como era isso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É assim: de acordo com o tamanho do espaço onde nós íamos fazer o evento. Digamos que nós tivéssemos mil lugares, então a gente ia se programar para colocar aquele número de pessoas no dia do evento. Fazíamos panfletagem, divulgação na Internet, e o próprio patrocinador recebia uma cota também.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A senhora cuidava também dessa divulgação?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Cuidava.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A senhora já participou de algum inquérito para prestar esclarecimento sobre isso já além da CPI?



A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Já participou de algum depoimento na Polícia Federal, na Procuradoria?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Ah, na Polícia Federal sim. Uma vez na Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E o que foi dito lá? Foi exatamente o que a senhora disse aqui ou disse mais alguma coisa?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Foi exatamente isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eles perguntaram alguma coisa que a senhora não disse hoje aqui assim.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - *(Estalido com a língua.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Saberá explicar a razão de Katia dos Santos Piauy — ela esteve aqui conosco inclusive — ter interesse no Grupo Bellini Cultural, ter apresentado o próprio nome? Ela apresentou vários projetos em nome dela, em nome do Grupo Bellini, na Lei Rouanet. Tem conhecimento desse projeto da Katia dos Santos Piauy?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você conheceu a Katia?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu conheci, mas eu não sabia que ela era proponente de alguns projetos. Eu sei que ela foi contadora de alguns projetos, agora, proponente não sabia.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não sabia? Não trabalhou durante esse período com orçamento, na hora do *show* ou do evento. Não teria V.Sa. participado?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Ela foi contadora de um projeto, mas, que eu me lembre, não era ela a proponente. Ela trabalhou como contadora. Então, o meu contato com ela, que ela ficou 6 meses no escritório, ela foi contadora de um projeto que aconteceu em Recife. Meu contato com ela foi nessa época. Eu fazia os orçamentos, e ela fazia os pagamentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sabe por que ela deixou de prestar o serviço para o Grupo Bellini?



A SRA. ZULEICA AMORIM - Porque ela abriu um escritório próprio. Soube que ela abriu um escritório próprio.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas, mesmo com o escritório próprio, ela poderia continuar prestando serviço normalmente. Ela simplesmente se afastou.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Depende. Ela se afastou porque, para ela poder cuidar do escritório dela, ela não podia ficar todos os dias na Bellini. Ela deu preferência... Ela abriu um escritório com a irmã dela, que é advogada.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E ela não prestou mais serviço para a Bellini depois que abriu escritório particular? Ou ela continuou dando assessoria?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Ah, aí eu não sei. Depois eu não sei.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não sabe?

A SRA. ZULEICA AMORIM - O meu contato com ela foi quando ela foi quando ela foi contadora de um projeto específico, onde ela não era a proponente.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. sabe por que ela foi presa ou não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Olha, na verdade, nem eu sei por que eu fui. Todo mundo que estava lá, ninguém imaginava...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. foi presa também?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Fui.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ficou quanto tempo?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Cinco dias.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Cinco dias?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Catorze pessoas ficaram 5 dias lá.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Desconhece qualquer atitude com relação à Katia, com relação aos projetos culturais? Só sabia que era contadora?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E teve algum contato com ela sobre discussão de nota, prestação de conta, orçamento?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim. Quando ela foi contadora, ela trabalhava na mesma sala que eu.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim. E nesses orçamentos que V.Sa. fazia...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Ela fazia os pagamentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ela fazia os pagamentos. Mas detectou alguma irregularidade ou comentou algum pagamento irregular, nota fiscal...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Nota fiscal fria?...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Para mim não. Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. que passava para ela pagar as notas?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu passava para ela o contato dos fornecedores. E ela entrava em contato com os fornecedores, e eles combinavam os pagamentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas eles iam lá na mesma sala? Vocês trabalhavam juntas, na mesma sala.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Quando o fornecedor chegava, como era?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu fechava o orçamento. Então, vamos supor: som e luz vão custar 15 mil reais. Eu passava um *e-mail* para ela com o nome do fornecedor, o fornecedor entrava em contato com ela e eles tratavam de contas bancárias, de dados cadastrais, de como seria feita a nota fiscal.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Conheceu a ALA — Academia Latino-Americana de Arte, do Fábio Porchat?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim. Eu acho que um dos projetos deve ter sido feito pela ALA.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ele frequentava muito lá?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Algumas vezes. Ele não era uma pessoa que trabalhava lá.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não. Sim, mas ele ia muito lá à empresa?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Não muito.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. conhece o que o Fábio Porchat fazia ou não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - O que ele fazia eu também não conhecia.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas V.Sa. sabia que ele emitia nota, que ele fazia recibo? Tinha alguma coisa? Ele era fornecedor do projeto?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não sabia. Eu não sei o que ele fazia lá.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Nunca viu? Das vezes em que ele...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Então, nas vezes em que ele ia lá, ele entrava e conversava com o Bellini. Eu não o que eles faziam. O Bellini tinha sala separada de mim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A senhora nunca fez orçamento com ele, nunca participou de nada?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Com ele não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Nunca pagou nada para ele, encaminhou para ser paga alguma coisa ou não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Eu não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. tem alguma relação com a Gráfica Mazer?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Conhece essa gráfica ou não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mazer?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - *(Estalido com a língua.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tem algum conhecimento de uma gráfica? Quais gráficas normalmente faziam parte do...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Nós tínhamos três departamentos: o de livros, o de *shows* e o de teatro. Eu só cuidava de *show*.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não mexia com gráfica nenhuma?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Tudo que era referente à gráfica não passava por mim.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Então esse episódio da Katia, com relação à gráfica, de ter qualidade ou não, não teve conhecimento disso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Nenhuma discussão? Alguém falando isso na sala? V.Sa. ouviu alguém falando alguma coisa?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, porque ela trabalhou comigo foi só referente a um *show*, não foi referente a livro, a gráfica ou a livro. Eu não trabalhava com a edição. Tinha um departamento que trabalhava só com isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. poderia explicar a razão pela qual foi realizado um *show* em Recife que teve como patrocinador o Laboratório Cristália, sendo que a execução do evento foi fechada? Essa razão de ser da Lei Rouanet, por que isso foi feito? Lembra-se desse *show* que foi feito em Recife?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Claro. Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Laboratório Cristália. O que V.Sa. poderia explicar sobre isso? O fato de ter sido feito...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu fui contratada para fazer a produção do show, da orquestra e houve a banda Jota Quest junto para convidados de uma associação de médicos. E eu fui contratada para fazer o que eu fazia em todos os shows.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Com quem V.Sa. tratou disso? Lembra-se?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Contratei? Eu contratei o espaço...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não. Com quem V.Sa. tratou a negociação desse *show*?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Olha, funcionava assim: depois que o captador...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Odilon Costa. Conhece o Odilon Costa?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Conheço o Odilon.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Foi com ele que V.Sa. tratou?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Então, eu conheço o Odilon, mas o que eu ia falar era o seguinte: quando o nosso captador conseguia um patrocínio, eles chegavam ao escritório...



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Quem é o captador desse caso aqui? V.Sa. se lembra?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Nesse caso, o captador foi o Bruno.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Quem é Bruno?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Bruno Vaz Amorim. Ele é meu sobrinho. Ele é filho do Bellini.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ele é captador?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Ele é captador.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Como era esse sistema? V.Sa. se lembra?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Com todos os captadores funcionava assim: eles chegam a um patrocinador, apresentam um projeto, e o patrocinador se interessa e faz um aporte. Quando estava tudo resolvido, já chegava para mim *“Olha, você vai fazer um show em Recife, com orquestra, com tantas pessoas, vai fazer divulgação, há público espontâneo também, gratuito, com orquestra. É isso o que você vai fazer”*. E era isso o que eu fazia. Eu só tinha o contato com o patrocinador nas vésperas de evento onde eu teria que... Por exemplo, existe a contrapartida na Lei Rouanet para eles porem a logomarca deles em algum espaço do evento. Então, o meu papel quando eu me encontrava com o pessoal de eventos do patrocinador, era assim: *“Olha vocês podem pôr a logomarca de vocês num banner, ou nas laterais do palco, ou numa testeira do palco, ou um banner na entrada, pode até ter um letreiro lá fora”*.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Com relação ao Odilon, quando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Izalci Lucas, só uma questão para aproveitar o momento.

A Sra. Katia, quando esteve aqui, afirmou categoricamente aqui na CPI — ela declarou — que reportou à senhora que havia detectado algumas irregularidades em alguns projetos. Quem está mentindo? Ela?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu não cuidava dos projetos. Se tivesse irregularidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ela nunca comunicou à senhora que tinha irregularidades no projeto, em algum projeto cultural?



A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, ela nunca me comunicou. O que estou querendo dizer é o seguinte: qualquer problema que tivesse... Eu não era contratada para ver o que estava certo ou o que não estava. Eu recebia um salário, eu recebia um pagamento para executar aquele evento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então a senhora está me dizendo que a Katia nunca falou para a senhora que tinha irregularidades em determinados projetos.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, eu não disse isso. Se ela acha que tem irregularidade e ela falou aqui, e ela detectou isso, não era para mim que ela que teria que ter falado. Ela tem que falar para a pessoa competente, que não era eu. Porque mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quem era?

A SRA. ZULEICA AMORIM - O Bellini. Ela deveria comunicar aos responsáveis pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas a senhora não cuidava dos projetos?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu não cuidava de projeto. Eu era só produtora.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Só fazia o orçamento e executava.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu era produtora local. Eu recebia. Eu funcionava como um guarda de trânsito num dia de evento: olha, você vem para cá; você põe a luz ali; a comida do camarim vem para cá; a ambulância para ali.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas deixa eu lhe fazer uma pergunta. Sobre essa negociação do *show* de Recife com Odilon, você disse que estava previsto uma orquestra.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Nesse projeto estava previsto também o *show* do Jota Quest?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu não tenho contato com o projeto. Como eu estou falando. Eu era contratada para fazer... Eles me passavam um *briefing* e me passavam por *e-mail*. O *briefing* do evento é...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Zuleica, quantos funcionários tinham nessa Bellini?



A SRA. ZULEICA AMORIM - Vinte.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Na sua sala tinham quantos?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Era eu e minha assistente só.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não. Você disse que trabalhava... Você disse que a Katia ficava junto.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. A Kátia ficou 6 meses com a gente, só no período da execução desse projeto.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Quando os caras mandavam você contratar, fazer o *show*, você não olhava nem o projeto, o que era, como que era o projeto, qual era a proposta do projeto?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, eu não olhava. Não era isso que eu tinha que fazer. Eu tinha que executar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, tudo bem. Você tinha que executar o *show* em Recife.

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Eu não tinha nem o que discutir.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você não sabia, por exemplo, que tinha que contratar a orquestra ou que tinha que contratar o *show*?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Claro que sabia. Me passavam o *briefing*: "*you precisa contratara uma orquestra*".

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Então, estou lhe perguntando isso. Esse de Recife.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS -. Você disse que estava prevista uma orquestra?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E que depois você foi ver negócio de Jota Quest. Eu quero saber se, no projeto, se quando você trabalha as pessoas vão te dar: ó, vai ter um *show* aqui de manhã de tarde ou de noite vai ser assim.

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Eles não me davam o projeto. Eles me passavam um *briefing* por *e-mail* do que eu teria que ter contratado naquele dia.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você desconhece o projeto então? Você só tinha a missão.



A SRA. ZULEICA AMORIM - O projeto... Eu não tinha acesso ao projeto.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você só cumpria a ordem. Você não sabia qual era o projeto?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, eu não sabia.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Nesse caso específico de Recife, você tinha a orquestra e depois teve o *show* do Jota Quest.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim. É. Cantaram juntos também.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Esse *show* foi aberto ou fechado?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Teve as duas coisas. Teve funcionários...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não. Eu quero saber do Jota Quest.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Então, teve funcionários da empresa que foram convidados, que é uma parte que eles podem levar, convidados.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Que parte é essa?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu não sei o montante, mas lá em Recife...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas você organizou. Tinham quantas cadeiras?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Mas lá em Recife os convidados foram grandes. Foram quase 3 mil pessoas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Que empresa que foi?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Cristália.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Essa empresa tem quantos funcionários? Eram todos funcionários, os 3 mil?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, não eram funcionários. Eram convidados da cidade, porque a Cristália tem a base em São Paulo. Esse foi um *show* para médicos lá em Recife.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E a Cristália patrocinou?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Patrocinou.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Qual foi o objetivo da Cristália patrocinar esse evento, assim, comercialmente? Eles botaram propaganda lá? Como é que foi isso? Você se lembra desse *show*. O que teve da Cristália lá nesse *show*?

A SRA. ZULEICA AMORIM - A logomarca deles.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Só isso?



A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Durante a semana teve um congresso de médicos que a Cristália foi patrocinadora.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A Cristália é fornecedora da indústria farmacêutica?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Ela é fornecedora. E à noite eles ofereceram um *show* gratuito.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E teve um outro *show* específico fechado para alguém, não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Foi só esse. Foi a orquestra com Jota Quest. Eles começaram cantando juntos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A orquestra foi de manhã e o Jota Quest à noite, ou foi tudo...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Foi primeiro a orquestra, às 8 horas da noite, aí entrou o Rogério Flausino. Cantou com eles umas três músicas, aí a orquestra foi embora e, aí, continuou o *show*.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você não sabe, então, se isso fazia parte do projeto da Lei Rouanet.

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. O escopo do projeto eu não recebia. Eu recebi um *briefing* para executar o que era pedido para mim. Eu não participava das negociações.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Por que V.Sa. foi presa então? Você entendeu por que você foi presa?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, eu não entendi. E achei...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E nem depois da prisão? Depois não caiu a ficha assim por quê? Ninguém nunca falou nada por que você...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu entendo. Tenho meu advogado.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você não tinha projeto...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Então, não tinha por quê.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - ...não sabia de nada, só fez um negócio e foi presa. Na hora ninguém falou nada, não aceitou nem a conversa?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Mas eu estava presa e eu prestei inquérito, expliquei tudo como era meu trabalho.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Do mesmo jeito que estou falando aqui, você falou para o Delegado.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Do mesmo jeito que estou falando aqui, falei com a Dra. Melissa.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ela não acreditou em você.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Ela acreditou em mim. Ela escreveu tudo que... Eu falei como é o meu trabalho. Está tudo escrito.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas você ficou 5 dias.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Eu fiquei 5 dias lá... Nem sei por que fiquei 5 dias, porque acho que não tinha necessidade, porque eu falei com ela durante 3 horas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Só para eu entender.

O SR. MÁRIO SÉRGIO DE OLIVEIRA - Somente para entender. A prisão é temporária. Uma prisão temporária tem duração de 5 dias. Terminados os 5 dias, não existindo indícios de autoria suficientes nem materialidade, ela é colocada em liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Foi isso que aconteceu

O SR. MÁRIO SÉRGIO DE OLIVEIRA - Foi isso que aconteceu.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Tinha que pedir a prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E, se não pediram prorrogação, é porque...

O SR. MÁRIO SÉRGIO DE OLIVEIRA - Alguns dos que estavam presos continuaram presos e ela foi colocada em liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está esclarecido. Continue, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Segundo apurado pela Polícia Federal, havia um esquema de superfaturamento na execução dos projetos. Não sabe nada disso? Esses orçamentos que V.Sa. fazia não tinha... Era tudo no...

A SRA. ZULEICA AMORIM - O orçamento que eu fazia era um orçamento real do custo do projeto. A hora que ele terminava, eu conversava com o Bellini pessoalmente, ele falava: não, isso está caro; isso está barato; aqui passou da



rubrica; aqui não passou. Eu fazia algumas adequações, aí eu passava isso para o departamento financeiro pagar. Independentemente do que tinha na conta ou não, o custo que eu passava era aquele. Se sobrava...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E você não sabe se, depois, pagaram exatamente aquele valor, se pagaram mais ou pagaram menos?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Que pagava aquele valor, pagava, porque se eu estava fazendo o orçamento eu estava sabendo quanto custava, e os fornecedores recebiam.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, tudo bem. Você passava o orçamento, indicava para pagar

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A empresa pagava.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Pagava.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você sempre via que era pago exatamente o valor que você fazia no orçamento? Isso é o que estou perguntando.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, eu não checava, mas nunca ninguém reclamou que ganhou menos ou ganhou mais. Não era para mim que falavam. Era com o departamento financeiro.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Porque isso é fato. Não estou aqui ventilando.

A SRA. ZULEICA AMORIM - É, mas não era do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É fato que existe o superfaturamento.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Mas não...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Existe superfaturamento, existiam notas frias, empresas fantasmas, uma série de coisas existia, que é incompatível com o orçamento que você fazia então.

A SRA. ZULEICA AMORIM - O orçamento que eu fazia era o orçamento real. Eu passava para pagar. Se sobrava dinheiro ou se faltava, eu não tinha conhecimento. Isso não vinha a meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Os seus fornecedores, para quem você faz o orçamento, provavelmente muitas vezes prestavam serviço em vários projetos.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ou cada projeto era um fornecedor diferente? Não era. Você tinha muitos fornecedores que prestavam serviço.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Em cada cidade era um fornecedor diferente.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Em cada cidade, sim.

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Em São Paulo alguns não eram sempre os mesmos, porque as casas de eventos elas têm um convênio.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ninguém nunca reclamou para você?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Olha, fiz um orçamento, o cara agora que me pagar o dobro.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Para mim não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Quer uma nota do valor superior e tal. Não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Nunca.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Nunca falou nada disso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você não tem conhecimento nenhum de que o Bellini comprava nota fiscal?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Nem ouviu alguém falando, nem a contadora lá do seu lado nunca comentou alguma coisa assim?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, para mim não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Bem, na área cultural trabalhava com a Lei Rouanet em todas as etapas.

Bem, quanto aos projetos culturais V.Sa. não tinha conhecimento do projeto, então, não adianta.

Sobre a fiscalização, você se lembra de ter acontecido alguma fiscalização do Ministério em termos de... Na hora assim: está lá o *show*, alguém do Ministério, algum fiscal chega lá para verificar se tinha ingresso...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Nunca foi ninguém. A única vez...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Se tinha público, se não tinha...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Nunca teve fiscalização nenhuma do Ministério?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Do Ministério não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Operacional.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Em 12 anos eu só recebi duas visitas do ECAD. A gente tinha que pagar o ECAD e eu já levava o ECAD pago no dia, guardava com as minhas coisas. Mas nunca fui procurada por ninguém.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O ECAD cobrava isso em função de quê? Da quantidade de público?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, o ECAD cobra sobre o som executado em público.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Conheceu a Mônica Freitas?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim. A Mônica, ela escrevia os projetos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Como era a rotina da Mônica no acompanhamento do grupo? Dos projetos?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Ela ia só uma vez por semana. Ela era uma pessoa contratada, ela fazia os projetos da casa dela. Uma vez por semana ela ia no escritório resolver algumas dúvidas com algumas pessoas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ela procurou você alguma vez sobre algumas dúvidas dos projetos?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Às vezes ela perguntava: quanto custa a locação de um teatro, por exemplo, para colocar no projeto? Aí eu procurava...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Entendi. Você atendia mais nessa linha de preço?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você nunca analisou se o projeto em si. Os detalhes do projeto você nunca se interessou em conhecer, como funcionava o negócio.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Bem, você sabe se o Grupo Bellini teve algum dos seus representantes associados, ou alguém preposto, ou pessoa ligada



ao grupo que teve alguma ligação direta ou indireta com o Ministério, ou que foi inabilitado pelo Ministério, algum grupo desse ligado à Bellini, não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Inabilitado?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É, pelo Ministério.

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Teve uma empresa no meu nome chamada Vision que foi inabilitada. Ela durou 1 ano e meio mais ou menos. Ela foi inabilitada.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A tua empresa, que estava no teu nome?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É, que estava no meu nome.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E por que ela foi inabilitada, a tua empresa?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Por irregularidades na execução de projetos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas que irregularidades que aconteceram? Especificamente da sua.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Olha...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Essa que foi inabilitada, o que aconteceu? Foi qual projeto? Foram vários ou um só?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Foram vários projetos. Não me lembro...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas o que gerou a inabilitação sua, da sua empresa? O que foi que você fez?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Na verdade nós tivemos um funcionário que fez uma denúncia no Ministério da Cultura, falando sobre essa questão de notas frias, mas eu nunca participei da administração efetiva da Vision.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Da sua empresa?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Porque...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Por quê? Só deu o nome para a fachada? Era só laranja, vamos dizer assim, que é o nome usado...

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Ele precisava abrir mais uma empresa, porque estava com duas empresas pelas que ele não poderia mais mandar projetos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Aí você cedeu seu nome?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Aí cedi meu nome. Mas eu não tinha...



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E deu procuração para eles fazerem o que quiserem?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Ele é que cuidava da administração, e eu confiando que estava tudo o.k.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E ele nunca falou para você porque fez isso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, aí depois...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você nunca questionou?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu nunca questionei o processo, mas depois eu fiquei sabendo: olha, a Vision foi inabilitada, a gente não pode mais usar a Vision. Teve...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A Vision é a sua?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pois é, mas qual é motivo pelo qual ela foi inabilitada? É nota fria?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu não poderia falar agora sem o papel aqui. Não sei.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, mas ninguém inabilita de graça.

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Foram...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Teve um motivo forte para inabilitar.

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Foi inabilitada.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. se lembra por que foi inabilitada? O que aconteceu na empresa que foi inabilitada?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É, por irregularidades em execução. Mas agora eu não lembro.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas qual a execução? Porque não foi uma só. Foram várias.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Foram vários. Se eu puder depois...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas teve algum específico assim que você ficou sabendo que houve irregularidade?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, eu não me lembro.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Por exemplo. Vou te perguntar diretamente.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Tá.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Na sua empresa, houve alguma nota comprada, nota fria — não por você, porque você disse que não tinha esse poder —, mas a Bellini, o seu... O seu irmão?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Meu irmão.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Seu irmão utilizou nota fria para prestar conta em nome da sua empresa? É isso que estou perguntando.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Então, olha, eu não sei. Eu não posso responder isso agora, porque não sei.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Quando você foi inabilitada, você aceitou simplesmente? Olha, está bom, foi inabilitada.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, mas eu não tinha o que fazer. Ela foi inabilitada.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você nem perguntou para saber o que aconteceu?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, eu perguntei. Eu tenho inclusive esse papel.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pois é. Você não lembra, gente?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, porque faz 5 anos que aconteceu isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não. Inabilitação não acontece todo dia, não é...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Mas eu não lembro. Mais especificamente eu não lembro. Eu sei que foram coisas erradas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Nada? Nada? Olha sua empresa a partir de hoje não pode pegar mais recurso público. Aí você não lembra o porquê?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não lembro. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO IZALCI LU - Você jurou que ia falar aqui a coisa.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, estou jurando a verdade. Se eu puder falar num outro momento, se eu puder...



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Gente, não tem como você esquecer um negócio desses. Isso é uma coisa que você vai carregar...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu não tenho esse papel agora para falar para o senhor.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, não quero papel. Diga o seguinte, quando você falou com seu irmão: meu irmão, cara você me usou para fazer coisa errada. Fui presa por sua causa. Você não falou isso para o cara? Ou você aceitou normalmente?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. É que, quando foi inabilitada, a gente não poderia mais mandar projetos para serem executados. Não foi nessa época que aconteceu de a gente ser preso. Isso tudo aconteceu faz 6 meses.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, tudo bem, mas são consequências, né?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A prisão foi consequência depois, mas irregularidades foi antes.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Foi antes.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mesmo sabendo da irregularidade, a sua empresa sendo inabilitada, usaram o teu nome, e aí você não sabe por quê?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu lembro que ele falava assim: que a empresa tinha um *modus operandi* que não era de acordo com a Lei Rouanet e, quando ele tinha fechado a Amazon Books e a Solução Cultural, ele precisou abrir mais duas empresas, e na época ele abriu a Vision e uma outra empresa.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Quando ele abriu a sua empresa, no seu nome, alguma empresa já tinha sido inabilitada?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, nenhuma. Foi a primeira.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Foi inabilitada depois?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Foi depois.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A única empresa inabilitada foi a sua ou não? Teve mais algumas?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Foi. Depois foram todas as outras, né?



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E você sabe o motivo das outras ou não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Também de projetos feitos de maneira em desacordo com a lei.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Prestação de conta também?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Prestação de conta, sim, prestação de contas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E aí, isso que estou te perguntando. Você se lembra de alguma delas, mesmo que não seja sua, mas que alguma dele teria sido apresentada alguma nota fiscal de empresas fantasmas ou superfaturada?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você não ouviu nenhum comentário nesse sentido?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não ouvi.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Hum, hum.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Se o senhor me permitisse, depois que visse eu posso até falar, mas é porque realmente não tomei conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Seria interessante. Pode mandar para a CPI?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Mando.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Os motivos da inabilitação.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu mando sim. Isso foi divulgado e depois eu mando para o senhor.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Bem, essa tabela que existia de prestação de contas você não tomou conhecimento porque não era da tua área, né?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não era eu que fazia a prestação de contas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Bem, isso aí eram as perguntas do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A senhora mantém um bom relacionamento com o seu irmão hoje em dia?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Quando ele entrou com *habeas corpus*, eu fiquei sabendo que eu não poderia falar nem com ele nem com os meus sobrinhos. Então a gente não estava mais se comunicando.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu só, antes de...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Até hoje, que eu fiquei sabendo que vou poder começar a me comunicar com ele de novo. Nem Natal nem Ano-Novo nós não encontramos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas, D. Zuleica, uma coisa que não me entra na minha cabeça: a senhora não lembra nem quem eram os responsáveis do Grupo Bellini para elaborar as prestações de conta no Ministério?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, isso eu sei quem são os responsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quem são eles?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Ele não me perguntou isso. Ele me perguntou se eu sabia quais foram os motivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, eu sei. Ele pulou essa pergunta. É isso que eu estou lhe perguntando.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Quem fazia a prestação de contas? Teve uma época que foi a D. Tânia, que é a esposa do Bellini; a Miriam, uma moça que trabalhou conosco há um tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Miriam?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. A Mônica Freitas, ela só escrevia os projetos. Eu acho que ela não trabalhava com prestação de contas. E tinha uma moça no escritório chamada Camila que trabalhava também com prestação de contas. Ela juntava documentação. Nós tínhamos um advogado que nos auxiliava, o Dr. Alexandre Guimarães. Eles que cuidavam das prestações de contas. Não era eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Tá. Agora, me chama atenção, e aí acho que todos aqui não vão entender, e a senhora precisa dar uma explicação. A senhora teve a sua empresa inabilitada, não é isso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E V.Sa. buscou outras pessoas da sua família para fazerem parte de novas empresas. Foi por isso que aconteceram as prisões. Porque várias empresas de fachada eram criadas. Na medida em que aquelas empresas estavam sendo inabilitadas, o Grupo Bellini criava outras empresas, preferencialmente com pessoas da família, e burlando claramente a Lei Rouanet. A senhora não acha que isso é uma conduta ilegal?



A SRA. ZULEICA AMORIM - Olha, eu não conheço sobre a lei, para falar se é ilegal ou não você abrir outras empresas para dar continuidade. O que ele queria era dar continuidade ao trabalho para todo mundo que estava lá no escritório. Agora, se é ilegal ou não eu não sabia. Para mim abrir uma empresa, abrir um CNPJ e inscrever projetos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso é totalmente ilegal. A senhora teve uma empresa inabilitada e, se não me engano, Deputado Izalci Lucas, foram quase setecentas empresas criadas por esse grupo.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, setecentas, não. Imagina! O senhor quer dizer projeto.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Patrocinadoras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Patrocinadores, né?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Mas nós não criamos patrocinador, nós criamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quando a empresa era rejeitada ou inabilitada imediatamente o Grupo Bellini fazia essas mudanças.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, foram abertas quatro ou cinco empresas, quatro ou cinco CNPJs que nós trabalhávamos. Você quer dizer setecentos, talvez é projeto, é patrocinador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É são os projetos.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Abrir CNPJ para mim não é ilegal. Abrir outro CNPJ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não é uma forma de burlar a legislação?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não sei. Não era eu que abria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está certo. Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não. O autor do requerimento. Muito estranho, viu. Mas vamos lá.

Em setembro de 2015 foram licitados alguns projetos e que a execução foi suspensa em razão do descumprimento do objeto do projeto, que é aqui a Master Projetos, teve aqui Poesia Cultural, Eu Posso Ajudar o Planeta, Brasilidade



Sinfônica, da Master Projetos. Da Vision — esta que foi do seu nome? —, Música Sinfônica, Encontro Instrumental Brasileiro, Arte Itinerante, ECOART.

A empresa Master, ela foi inabilitada, em razão do parecer, agora de abril de 2016, da gestão do PRONAC 12-7272, qualificado como irregular. O valor estipulado deste aqui foi de 951 mil reais.

Da mesma forma, a Vision, que estava em nome de V.Sa., também foi inabilitada, em dezembro de 2015, com a gestão do PRONAC, e foi declarada irregular. O valor foi de 859 mil reais, não é isso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu pergunto: quando o Ministério da Cultura começou a ter essa atuação mais forte em relação às empresas ligadas à Bellini Cultural? E, antes disso, como era o comportamento da fiscalização do Ministério? Qual foi o resultado do recurso administrativo? Teve um recurso administrativo que V.Sa. fez — não sei se V.Sa. se lembra.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Foi em 2013 que a gente começou a ter esse tipo de problema. Antes, não tinha fiscalização nenhuma.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Nenhuma?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Até 2013 ninguém fiscalizava nada?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Nada. Primeiro porque não era informatizado, não era informatizado. Até passar a ser informatizado, demorou muito.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas vocês prestavam contas pelo menos?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Prestava contas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E ninguém analisava também as contas?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Era feito um calhamaço de notas fiscais, de textos. Era mandado para o Ministério da Cultura...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E ninguém dava retorno nenhum? Não existia um documento que dizia se estavam aprovadas ou reprovadas as contas; ou se tinha alguma divergência, alguma pendência, alguma coisa, nada?



A SRA. ZULEICA AMORIM - Olha, eu acredito que sim, mas o senhor já está falando de um departamento que eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Com relação à sua empresa, que foi declarada irregular, foi inabilitada, por 859 mil 318 reais e 70 centavos, V.Sa. ou alguém da sua empresa fez um recurso administrativo. Primeiro, eu quero saber: o que foi denunciado e que gerou a defesa. Alguém multou, alguém estava errado, vocês fizeram a defesa. O que vocês fizeram de defesa e qual foi a resposta dessa defesa. Qual foi a conclusão da defesa.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu não tenho essa informação para dar ao senhor agora. Provavelmente foi assim: o projeto, ele foi reprovado, mas ele foi executado. Isso não quer dizer que 800 mil reais foram colocados para qualquer empresa.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Agora foi estipulado esse valor, mas tudo bem.

A SRA. ZULEICA AMORIM - O valor do projeto aprovado é que foi reprovado, mas o projeto, ele foi executado, fornecedores foram pagos e alguma irregularidade acaba inabilitando um projeto às vezes de 6 meses, de 1 ano.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Teve vários projetos reprovados.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Porque os projetos de teatro, que não era eu que cuidava, mas eram projetos itinerantes, acompanhavam o ano letivo. Era um teatro de educação ambiental que ia para as escolas. Então, era um projeto muito caro.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Dessas negociações com o Ministério, você não participou de nenhuma?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Nenhuma. Não, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Quem tratava disso era o Bellini? Não tinha conhecimento de nada, mesmo sendo da sua empresa? Quem negociava tudo, em nome da sua empresa, era o Bellini também?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você nunca ficou preocupada de estar... Ou confiou 100% no seu irmão?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu confiei que estava tudo o.k.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Em algum momento alguém disse: “*Oh, tem coisa errada aí?*” Você não perguntou para ele? Quando foi isso? Como foi esse episódio?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Quando aconteceu de ter a inabilitação, ele falou assim: “*Não, o Dr. Alessandro vai cuidar. Ele vai fazer uma defesa. Fica calma. Vamos resolver*”. Era nesse sentido. Então, eu confiava que ia ser resolvido.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tinham várias produções. O Grupo Bellini produziu e participou de vários *shows*, com todo mundo aqui, não vou nem citar os nomes, e eu pergunto: este formato de *show*, orquestra sinfônica, depois acompanhada por MPB — você falou de um, mas tem vários —, era feito somente com a Bellini ou, tradicionalmente, todas as empresas do grupo faziam esse tipo de coisa? Tinha orquestra e depois MPB?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Bellini era o nome fantasia.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Isso, do grupo. É um grupo, não é?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Inicialmente, ele usava uma empresa chamada Solução Cultural e Amazon Books. Ele usava essas empresas. Depois de um tempo, ele fez a Master e a Vision.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Entendi.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Aí veio aí inabilitação.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Aí criou outra?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Mas a gente já tinha o nome no mercado de produzir realmente os projetos. Nós nunca deixamos de produzir nossos projetos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Deixa eu lhe perguntar da sua empresa. Fazia o *show*, então, tinha lá: primeiro um *show*, uma orquestra sinfônica.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Depois, tinha MPB, o Jota Quest ou outro que você citou aí.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Alguns inclusive foram fechados, ou você não tem conhecimento de que teve *show* fechado?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Teve alguns fechados, mas qualquer pessoa que entrasse lá...



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. sabe que não podia ser fechado?

A SRA. ZULEICA AMORIM - ...mas qualquer pessoa que entrasse lá e quisesse entrar não era barrado, era aberto.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas eu digo o seguinte:...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Fechado assim: tinham convidados.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - “*Vou convidar meus funcionários para participar de um show do Jota Quest*” — pronto, ou do...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Mas a porta era aberta para qualquer pessoa que quisesse entrar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mais ou menos, porque não dava para entrar todo mundo. Mas V.Sa. tinha conhecimento de que eram feitos especificamente *shows* fechados para os patrocinadores?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Essa relação do patrocinador com relação à sua empresa, isso era o captador que oferecia o *show* fechado?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ou o patrocinador que dizia: olha, eu só vou financiar se fizerem um show para mim no aniversário da minha empresa, sei lá. Como era isso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, eu não participava de reunião comercial.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas você não tomava conhecimento nem de que sua empresa fazia isso? Porque a sua empresa fez isso.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Então, quando o pessoal chegava dos patrocinadores e me passavam o *briefing* do que iam fazer, na verdade eu era só a produtora. Eu só trabalhava com a produção.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. se lembra de algum *show* fechado? Quais foram esses patrocinadores que tiveram *show* fechado, exigido pelo patrocinador, ou oferecido provavelmente pelo captador?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Deixe-me lembrar... Teve um de um banco que já não existe mais. Acho que o do Banco Concordia foi um evento fechado.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Bem, eu vou refrescar um pouco aqui a sua memória. Eu vou dar um exemplo aqui, porque teve interceptação da Polícia Federal.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Um *show*, por exemplo, da empresa Roldão. Teve inclusive alguns *e-mails* que foram trocados.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você se lembra desses *e-mails*, não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você lembra que teve um *e-mail* inclusive que “*olha, pegaram*”, tipo assim, “*não vai dar certo*”, “*descobriram*”, “*vamos dizer o que nós estamos fazendo*”, alguma coisa assim. Você se lembra de alguma coisa assim ou não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu acho que isso é do ano passado, não é?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Também, mas...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Do que eu participei...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pegaram no ano passado, mas isso devia ser prática já de outros anos.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Então, talvez esse *e-mail* que você está falando deve ter sido...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu estou falando de um de novembro de 2015, às 17h30min, do Bruno Amorim e da Roldão.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim, sim. Eram clientes dele. Eram clientes dele.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Depois teve aqui, inclusive, um *e-mail* citando V.Sa. O Bruno Amorim está aqui. Isso no Roldão. Do Roldão, você se lembra de algum *show* fechado e, se foi o Roldão que exigiu o *show* fechado, ou se foi o captador que foi lá “*eu tenho um projeto aqui bacana e tal*”?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Essa negociação especificamente eu não sei. Eu ia, depois que estava fechado, me falavam quem eu tinha que contratar e onde deveria ser.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Inclusive nesses *e-mails*?



A SRA. ZULEICA AMORIM - Quem pedia ou quem oferecia não era eu quem definia, entendeu?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas você sabia que existia?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu sabia que eu teria que fazer um *show* com determinado...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você sabia, por exemplo, que o *show* fechado era irregular pela Lei Rouanet?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Olha, isso eu não sabia. O que eu sabia é que eu tinha que fazer um *show* gratuito e com orquestra. Essa era a minha missão. Tinha sempre que contratar...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Já teve *show*, inclusive, que teve orquestra de manhã e *show* à noite...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Teve...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ou, até, num dia a orquestra e, no outro dia, o *show*?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Teve.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pois é! Mas você nem sabe se isso estava no projeto ou não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu sabia que eu tinha que executar o projeto da orquestra.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Só isso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Executar o projeto da orquestra.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E esse *show* fechado, ninguém nunca falou para você? Você nunca ouviu falar na empresa? Por exemplo, a contadora, ou alguém...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, porque muitas vezes a empresa poderia pagá-lo diretamente.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Quem fazia a captação da sua empresa?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Todos os captadores lá do escritório.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Como era essa captação? Você tem conhecimento?



A SRA. ZULEICA AMORIM - Ah! eles faziam...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eles chegavam à empresa e como é que eles faziam para convencer a empresa a investir num projeto da Bellini, por exemplo, ou da Vision?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu acho que o senhor vai ter a oportunidade de interrogar alguns captadores aqui para eles explicarem melhor isso, porque eu não era captadora.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, mas você tinha conhecimento?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu tinha conhecimento de que eles iam às empresas e voltavam com o pedido.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Porque quem autorizava o captador a oferecer alguma coisa era o dono da empresa.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Que era o Bellini, e não eu.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas... Teve um que estava no teu nome. Você tinha que, pelo menos... Tem um aqui, inclusive... O *modus operandi* da Bellini era esse. A mensagem revelou que V.Sa. era quem controlava essas ações. Então, está aqui o assunto: *Show Intermédica e Roldão*. Lembra-se desse *show*, ou não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - *"Estou fazendo as planilhas dos fornecedores do evento da Intermédica e Roldão. Essa planilha inicial contará com o nome da empresa, serviço prestado e CNPJ. Solicito que me informe isso. Show... Manhã: show da entidade, às 13h30min; à noite, Jota Quest, às 22h. Roldão: manhã: show às 10h30; à noite, intérprete ainda não definido. Zuleica."* Você que mandou esse comunicado.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim, era assim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Diante disso, se o evento denominado *Show de Entidades* — porque colocaram o nome de *Show de Entidades* —, que era realizado no período da manhã com a orquestra, e o público de entidades assistenciais servia apenas para efeito de comprovação junto ao Ministério...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Faziam o *show*, colocavam os meninos com necessidades especiais lá, com portão aberto e tal. Isso servia para fotografar e prestarem contas.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Mas ele assistia de fato.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - "E a orquestra e tal?" "Foram executados." Vocês tinham que comprovar isso. V.Sa. poderia dizer se o Ministério tinha ciência desse formato de evento, que faziam de manhã, chamavam todo mundo e fotografavam...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, não sabia.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - ... e no outro dia tinha o *show* fechado?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, eu não tinha ciência. Eu tinha ciência do que eu tinha que realizar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas era assim, não é?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu tinha que realizar. Era assim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. não sabia que não podia fazer *show* fechado, ou sabia? Só cumpria a ordem? Inclusive, tem aqui um diálogo que a Polícia Federal interceptou no dia 22 de maio de 2015. V.Sa. enviou um *e-mail* da seguinte forma. V.Sa. mandou para o Fabio — Fabio Ralston. Olhe só o que V.Sa. diz no *e-mail*: "*Fabio, o evento da Credicard Hall não poderemos fazer em comemoração dos 100 anos, pois estamos tendo projetos reprovados quando são fechados pela empresa*". Então, V.Sa. mesma está dizendo que está sendo reprovado por isso. E mesmo assim a senhora diz que não conhece, não sabe, não sabia.

A SRA. ZULEICA AMORIM - É que esse projeto, especificamente... Esse era um captador que estava insistindo num formato que nós não iríamos fazer. Ele queria fazer um *show* de comemoração para a escola, para os alunos, para pais e não queria abrir para o público. Eu não poderia fazer dessa forma. Os outros... Eu teria que abrir, eu sempre abria. A gente fazia panfletagem.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você disse que não podia. Aqui no *e-mail*, você está dizendo que não pode ser fechado, não foi isso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É que esse captador, especificamente, não queria que a gente abrisse para ninguém gratuitamente. Eu falei: "*A gente não pode*



não abrir; a gente pode até fazer a festa de comemoração, vão os convidados, mas eu tenho que reservar uma quantidade para ser gratuito e ser aberto”.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Uma hora depois, ele mandou um e-mail para V.Sa. — o Fabio mandou um e-mail para V.Sa., para a Zuleica: *“Tive várias reuniões com você, Bellini, Felipe, Katia, Mônica a esse respeito nos últimos 2 meses. Sempre me foi dito sobre contrapartida social. Com você mesma, conversei inclusive recentemente da possibilidade de um segundo show, 1 dia antes, só com orquestra, para escolas públicas. Após conversar com o Bellini ou com o Felipe, eu tenho a oferecer outra possibilidade à contrapartida social: cobrança de ingressos a preços populares, onde a arrecadação seria revertida para entidade assistencial. Ontem, pela manhã, fiz uma apresentação na escola, para toda a comissão organizadora, com esse formato. Será, para mim e para a BC, um enorme desgaste retomar a eles e fazer mudanças. Vai gerar desconforto e insegurança. Que alguém esclareça se existe ou não contrapartida social. Senão, qual será o formato possível dos eventos fechados? Quais são as orientações do Ministério? O que diz precisamente a lei no caso de show no Citibank Hall? Pensemos qual é a alternativa possível. E se houver uma parte da bilheteria aberta ao público, além da doação? Sei que tudo deveria ser muito bem detalhado. Os agentes captadores podem oferecer...”*

A SRA. ZULEICA AMORIM - Ele queria...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Então, o que eu sinto é que os captadores ofereciam tudo para os patrocinadores e depois era diferente na hora da execução.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não! Quando eles chegavam... Alguns captadores tinham bom senso, sabiam negociar melhor. Esse era um captador que, quando ele estava insistindo com esse projeto, nós falamos que não podia ser da forma que ele queria. Só que ele se antecedeu, foi nessa escola e ofereceu de um jeito... E aí nós chegamos lá, e eu falei: *“Fabio, desse jeito você não vai poder fazer!”* Porque nós começamos a ter problemas. Antes não tinha! Depois começamos a ter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Izalci Lucas, vou conceder mais 5 minutos a V.Exa. porque o Deputado Sóstenes Cavalcante também vai fazer um questionamento.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu estou, inclusive, inscrito por mais 5 minutos. Então, eu tenho mais 10 minutos, porque eu tenho 5 minutos e os outros 5 minutos V.Exa. está me patrocinando. Mas será rápido aqui, eu vou adiantar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está monopolizando.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - É muita benevolência da Presidência!

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Vou adiantar. Rapidamente.

E com relação à Scania? V.Sa. lembra de alguma coisa em relação ao *show* da Scania?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim. Fizemos vários projetos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pois é. Teve algum — Almir Sater e Renato Teixeira, por exemplo — fechado?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Renato Teixeira, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Foi fechado?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Teve o fechado e teve o aberto.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O pessoal fazia o evento fechado e colocava meia dúzia de pessoas só para dizer que abria para alguém, né? Ou não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, por exemplo, teve... No mesmo dia em que nós fizemos o *show* do Renato Teixeira, à tarde, teve o *show* das entidades, em Ribeirão Preto. Nós lotamos o salão. Aí, à noite, teve o *show* para os convidados da Scania.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Era comum esses patrocinadores indicarem para V.Sa. os fornecedores? *“Contrate fulano de tal...”*

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, é difícil.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Porque teve isso aqui contigo: indicados a você. Várias empresas foram indicadas pelo patrocinador para que você contratasse.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Às vezes, porque, vamos supor, uma equipe de recepcionista... *“Olha, eu prefiro trabalhar com essa equipe de recepcionista”,* ou...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não; empresas.

A SRA. ZULEICA AMORIM - *“Tenho um fotógrafo melhor...”*

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, inclusive para coquetel...



A SRA. ZULEICA AMORIM - Ah! Não. Mas coquetel nós não... Eu cuidava na coordenação, mas coquetel eles que pagavam. Nós nunca pagamos coquetel para ninguém. Bebida e comida nós nunca pagamos para ninguém. Eu me oferecia, como produtora, para estar lá e orientar o bufê, por onde pode...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Será que não era aqui que... Eles davam a comida e emitiam a nota de outra coisa para prestar conta, talvez?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Bom, isso eu não sei.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Porque tinha isso. Eu sei que tem vários... Tem *e-mail* aqui... *“Então eu me divido com a Tamires. Assim, eu faço a produção do show, e ela pega das entidades...”* Quer dizer, havia muito...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu não entendi o que o senhor falou.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Além de os patrocinadores indicarem para vocês — para vocês, que eu digo, para a empresa, a promotora — os fornecedores...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Hã?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - ...eu dei um exemplo de coquetel, mas tinha outros também para fazer, sei lá, o palco ou alguma coisa nesse sentido.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Mas eu não podia receber indicação? Eu fazia...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Podia.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Hã?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É isso o que estou perguntando: se era comum os patrocinadores indicarem os fornecedores.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Por exemplo, quando eu ia para uma cidade em que eu nunca fiz *show*, às vezes eu perguntava: *“Vocês têm algum fornecedor bom aqui de som e luz?”* Então, às vezes, era por onde eu começava.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu vou perguntar sobre um episódio interessante. Alguém disse assim: *“E o negócio lá da nota, resolveu? Do Amaral?”* Aí você disse assim: *“Não. Tomei calote”*.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Ah! isso é outra coisa. Isso é um problema meu.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim. É um problema seu, mas está aqui...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Isso é uma coisa minha.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O que é isso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Então eu vou explicar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Como era isso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Para eu receber, eu recebia um salário de 5 mil reais e uma comissão de produção por evento. E eu não era registrada. De uns 3 anos para cá, começaram a pedir nota fiscal de prestação de serviço, como se 5 mil reais fossem prestação de serviço. Então, os captadores, às vezes, tinham contato com pessoas de quem eles adquiriam essa nota fiscal. Para eu poder receber o meu salário, eu recebi um contato do Amaral, e ele falou: *“Olhe, você tem uma empresa que faz som, luz, esses itens de eventos, que é o que você faz. Você pode adquirir nota deles. Eles retêm uma parte de imposto e eles te dão uma nota fiscal para você poder receber”*. Eu fiz esse tipo de serviço durante 1 ano, mais ou menos. Eu ligava para uma moça chamada Simone, depositavam na minha conta, e depois eu pagava para ela os impostos. Só que com o meu último salário aconteceu o contrário: ela falou: *“Ah! agora eu trabalho com nota eletrônica”*. Aí o pessoal do financeiro lá do escritório depositou o meu salário de 5 mil reais na conta dessa Simone, e, na hora de ela me repassar, ela sumiu, nunca mais me atendeu, me bloqueou em todos os contatos, e eu tomei um calote.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tinha a tua empresa Vision e a Master.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Em alguns momentos, elas eram fornecedoras; em outros, proponentes. Então, você emitia, em determinado momento, uma nota da Vision para a Master e da Master para a Vision. Tem aqui isso! Fornecedores.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Então, mas não era eu quem fazia isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas é a tua empresa! Emitia nota, como se tivesse prestado o serviço.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Tá. É que eu estava explicando a questão que você falou desse *e-mail* do Amaral. Foi isso. Foi uma questão particular.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, isso é outra coisa. Agora eu já estou em outro episódio. Isso aí eu já entendi.



A SRA. ZULEICA AMORIM - Agora, aí, o que eles faziam entre eles, aí eu não sabia. A gente sempre teve uma...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, não. Por exemplo, a Vision é tua empresa.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ela fazia o quê? Ela não é promotora?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Proponente de projetos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Proponente.

A SRA. ZULEICA AMORIM - E produtora.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pois é, mas ela já emitiu para a Master, que também era proponente, como fornecedora, como se você tivesse prestado serviços à Master. E vice-versa.

A SRA. ZULEICA AMORIM - É porque ela tinha itens que ela poderia dar nota fiscal.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas do mesmo grupo. Tem hora em que ela é fornecedora, tem hora em que ela é proponente. Entendeu?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Uhum.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Isso não era para cobrir alguma... Faltou alguma coisa, emitia a nota para prestar contas.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Olhe, do que eu sei é assim. Todos os fornecedores sempre receberam. Em algum momento, tinha que ter alguma operação que eu acho que eles faziam, mas eu também não tenho conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tem, inclusive, um telefone que está aqui. Não adianta falar o número. São dois telefones que não está identificado quem é o dono do telefone, mas que houve contato com V.Sa. E dá a entender, aqui neste telefonema, do telefone 88770005, que notas eram compradas tão somente para a comprovação junto ao Ministério. Teve esse diálogo desses dois telefones com V.Sa. , dando a entender que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, eu peço que conclua.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu estou perguntando.



V.Sa. reconhece os telefones com final 8877? Diante disso, indago se essas notas eram compradas só para prestar contas. Você nunca soube que houve compra de notas para prestar contas ao Ministério?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Izalci Lucas...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu estou nos meus 5 minutos agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não. Os outros Deputados querem participar também e aproveitar esta oportunidade.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Depois retornaremos a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Dando continuidade, eu vou conceder a palavra, de acordo com a ordem de inscrição, ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu não tenho tantas perguntas aqui igual ao Deputado Izalci Lucas, não, mas eu vou fazer umas perguntas. *(Risos.)*

Por que a senhora foi presa?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Olhe, na verdade, eu não sei, porque eu trabalhei como produtora, eu recebia salário e eu cumpria ordens.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Com quem a senhora foi presa? A senhora e quem mais?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Quem foi preso?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Com a senhora.

A SRA. ZULEICA AMORIM - O Belini, o Bruno, o Felipe, a Kátia, a Elisângela, a Tânia, a Célia...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Todos da empresa?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Todos da empresa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eles foram indiciados? A senhora foi indiciada por alguma coisa?



O SR. MÁRIO SERGIO DE OLIVEIRA - O inquérito policial encerrou agora e está na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não. Quem tem que responder é ela. O senhor só pode...

O SR. MÁRIO SERGIO DE OLIVEIRA - É que ela não tem conhecimento.

A SRA. ZULEICA AMORIM - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor pode orientá-la no ouvido dela, mas quem tem que responder é ela.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Ah! É. Eu não tenho conhecimento. Assim, eu não sei o que é indiciamento. Nós ficamos lá 5 dias...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O indiciamento é quando a Polícia aponta a pessoa como culpada, autora de um crime.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim. Sim. Nós fomos indiciados. Depois de 5 dias, 11 pessoas foram soltas e 3 ficaram.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - E o relatório final?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Foram o Belini, o Bruno e o Felipe. Eles ficaram, e as outras 11 pessoas saíram. Eu não li o relatório final.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - A senhora não leu. A senhora foi presa como suspeita, então? A senhora não foi indiciada por enquanto? A senhora não tem conhecimento disso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Só como suspeita.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - A senhora tem conhecimento de alguma coisa errada ou então de algum desvio feito por essa turma que foi presa?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não entendi.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - A senhora sabe de alguma coisa desse pessoal que foi preso? Eles cometeram algum desvio, algum deslize, ou captaram verbas que não tinham que ser captadas?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, eu não tenho conhecimento. Eu não participava de tipo algum de negociação. Eu obedecia a ordens para realizar o meu trabalho e eu recebia um salário por isso. Eu sou uma pessoa que era separada, tinha duas filhas, um carro 2006, que foi apreendido, e um apartamento alugado.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não foi devolvido o carro, não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não foi devolvido o carro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Até hoje?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Até hoje. Eu tenho um Idea 2006, comprado com o meu dinheiro, com o meu salário, e foi apreendido. E um apartamento alugado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - E como a senhora está pagando o advogado?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Como?

O SR. MÁRIO SERGIO DE OLIVEIRA - Não está.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não está pagando? O senhor trabalha de graça?

O SR. MÁRIO SERGIO DE OLIVEIRA - De graça, não. Como a pergunta foi feita para mim... Existe um contrato, e ela tem uma herança a receber do pai, que faleceu, um apartamento que está sendo colocado à venda...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O senhor vai receber futuramente.

O SR. MÁRIO SERGIO DE OLIVEIRA - Quando ela vender o imóvel, ela me paga.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O.k.

O SR. MÁRIO SERGIO DE OLIVEIRA - É tanto que a passagem para eu vir para cá foi paga pelos senhores.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Está o.k.

Muito obrigado. Eu estou, por enquanto, satisfeito — por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, desde já, quero agradecer hoje a presença da Sra. Zuleica Amorim, que, já questionada e perguntada por vários colegas, tem mostrado a sua predisposição em contribuir com esta CPI para que possamos elucidar, mais uma vez, os graves problemas que a Lei Rouanet acabou causando, por erros de



legislação e por pessoas que, aproveitando de suas fragilidades, acabaram desvirtuando recursos, incentivados de isenções tributárias para finalidades que não estão de acordo com os parâmetros legais.

Sra. Zuleica, eu gostaria de acrescentar algumas perguntas. Sei que os colegas já fizeram várias perguntas, mas a primeira pergunta que eu...

E quero saber se posso, Sr. Presidente, fazer, como o Deputado Izalci fez, até para ser mais prático, Sra. Zuleica, e facilitar o nosso entendimento, não fazer toda a minha fala, mas usar o tempo com as perguntas intercaladas.

Uma dúvida que me ficou foi especialmente quando V.Sa. se referiu a um *show* em Recife, *show* do Jota Quest, para 3 mil médicos — acho que foi mais ou menos esse o público. E a minha pergunta é se alguém não pertencente à empresa participou deste *show*.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Nós fizemos uma panfletagem nos pontos turísticos em Recife, dando o convite para as pessoas. Então, tem pessoas que entraram que eu não sei se eram médicos ou se eram convidados que receberam esses convites.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Ou seja, qualquer pessoa que chegava ao recinto...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Poderia entrar.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Poderia entrar.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Isso aconteceu nesse evento?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Aconteceu.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O.k. Outros eventos que V.Sa. também falou que foram fechados, que não foi específico em quais *shows*, em quais eventos, pessoas não pertencentes à empresa entravam no evento livremente?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Poderiam entrar no evento. Poderiam entrar.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Não, poderiam entrar ou entraram? Essa é a minha pergunta.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, entraram; entraram. Entraram.



O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Entraram. Então, V.Sa., para afirmar que entraram pessoas não pertencentes a essas empresas, V.Sa. tem convicção de quem era o público da empresa e quem não era?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Olha, nós colocávamos alguns cartazes em padarias, em *shoppings*, e as pessoas apresentavam o convite. Elas chegavam à noite. Exatamente quem era quem eu não sabia. Mas...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Ou seja, as pessoas das empresas tinham um convite diferenciado?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Às vezes tinham. É.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Porque, como é que você sabe diferenciar?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Tinham. Tinham.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Eu quero só entender porque você...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Tinha.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Tinha convite diferenciado.

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Eu fazia um panfleto para entregar na rua e cartazes. E a empresa fazia um convite interno, às vezes, um *e-mail*.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - E a legislação permite esse tipo de convite diferenciado para quem é da empresa e quem não é? Você sabe me dizer?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, não sei dizer.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Ok. Outra dúvida que ficou para mim: V.Sa. ainda consta como proprietária de uma empresa ou mais hoje?

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. A Master e a Vision.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Ainda consta?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Ainda consta.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Mesmo depois de todo esse processo investigativo?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, nós não conseguimos fechar, porque tem que pagar multa, e ninguém tem dinheiro. Todas as contas foram bloqueadas. Eu estou com os boletos dos impostos da Master... Da Vision não chega mais para mim.



Mas até mostrei para o Dr. Mário hoje: "O que que eu faço com isso?" Quer dizer, alguém tem que pagar.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Você tem ideia da soma?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Alguém tem que pagar.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Você tem ideia de soma de tributos devidos?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Acho que é 27 mil reais da Master.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Não, porque estranha... Eu sei que dificuldades financeiras passamos todos, mas o risco de estar com uma empresa dessas aberta, com um processo desses, para V.Sa., eu acho que é de uma seriedade muito grande.

A SRA. ZULEICA AMORIM - É. Mas ninguém... Eu sei. Ele falou comigo hoje sobre isso. Ele me falou sobre isso hoje. Mas, como meu irmão e meus sobrinhos estavam com *habeas corpus*, eles não poderiam conversar comigo. Isso estava escrito em algum documento, que eles falaram: "*Nós não podemos conversar com você*". Enquanto o inquérito estava acontecendo. Agora acabou o inquérito. Então, até falei para o Dr. Mário. Eu falei: "*Eu preciso me reunir com eles, pegar esses boletos e dar para alguém pagar*". Porque a empresa estava no meu nome, mas eu preciso me libertar disso, me livrar disso.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Deixe-me fechar com mais duas perguntas que tinha aqui.

V.Sa. sabe me dizer se alguém do Grupo Bellini Cultural comprou notas fiscais frias?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não sei dizer.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - V.Sa. visava alguma possível perseguição de concorrentes no setor em que atuava que poderiam ser responsáveis pela sua prisão ou denúncia? Poderia dar nomes, se tem alguém que você vislumbra?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não entendi.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Se alguém do meio de empresas concorrentes poderia ter feito essa denúncia também junto ao Ministério, e o Ministério, acionado?



A SRA. ZULEICA AMORIM - Ah! acho que não!

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Acha que isso não foi briga de concorrências?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. Não, não.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Em algum momento participou de reuniões com possíveis patrocinadores ou captadores?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Participava.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Participava? Quais?

A SRA. ZULEICA AMORIM - As reuniões... Depois que o projeto era vendido efetivamente e feito um aporte no projeto cultural, era quando eu era convocada para conversar — eu falei isso no começo. Era quando eu era convocada para conversar com os patrocinadores, para falar de logomarca, de horário, de data, das atrações.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Captadores? Captadores também? V. Sa. Participou de reuniões com eles?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eles que me levavam ao patrocinador. Então, vamos supor, vendia um *show* para a Intermédica. Então, eu ia a uma reunião com o captador...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Quem são esses captadores que normalmente tinham essa reunião? Pode me dar alguns nomes?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Olha, nós chegamos a ter, numa época, 17 captadores. Ultimamente, nós estávamos com 5 captadores. O Bellini era um captador, o Felipe era captador, o Bruno... Quem pudesse...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sempre na família, ou fora da família?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, tinha fora da família. Esse Fábio, que ele comenta aqui, era um captador que vendia projetos também. Tínhamos um captador que trabalhou muitos anos conosco e faleceu no começo do ano passado.



O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Os artistas que, segundo o que se acusa o Grupo Bellini, faziam, por exemplo, *shows* de caráter praticamente privado sabiam que incorriam em possíveis irregularidades perante a Lei Rouanet?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Acredito que não. Acredito que não.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Não?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Inclusive para mim... Se V.Exa. chegasse para mim, se alguém chegasse para mim lá no escritório: *“Olha, o que você está fazendo você vai presa”*, eu pararia de fazer.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Você não acha que o artista, sabendo que a Lei Rouanet é uma captação de recurso público...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Ele não faria.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - ... para um *show* aberto, chegar a um ambiente fechado... Ele não percebe que é fechado?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Percebe que é fechado, mas eu acredito que ele não deveria aceitar. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, a senhora pode dizer claramente que faltava a fiscalização do Ministério da Cultura.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim, porque nunca, em 12 anos que eu trabalhei lá, 12 anos e meio, eu recebi uma visita do Ministério da Cultura, ninguém, ninguém.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Em 12 anos, nunca foi em nenhum?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Nunca, em nenhum evento que eu fiz, em nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Incrível!

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Isso é assustador!

A SRA. ZULEICA AMORIM - Só duas vezes que me pediram o ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, que aí é outra coisa.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Não, o ECAD é outra fiscalização, que também é outra máfia que precisa ser aberta, Sr. Presidente.

A SRA. ZULEICA AMORIM - É, é.



O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - É outro assunto para outra CPI, outra caixa-preta. Nós estamos aqui na Rouanet.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Agora, se depois de um ano que a gente tivesse atuando, chegasse alguém lá e falasse: “*Você não pode fazer isso*”. Acabou. Ninguém fazia mais nada de jeito nenhum. Mas as coisas foram acontecendo.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Quero agradecer, Sr. Presidente, o meu tempo é esgotado, agradecer as contribuições e esperar que realmente a gente consiga, com eficiência — peço aos pares, mais uma vez, que participam, acho que já temos quórum para deliberar, salvo engano —, chegar a fundo em tudo de que precisamos. Porque é assustador entender que nós temos bilhões e bilhões da cultura brasileira sendo mal gastos, mal investidos e sem nenhuma fiscalização do Ministério da Cultura em 12 anos! É quase casualidade o tempo em que o partido, que já saiu, estava no poder. Eu acho que isso deve ter alguma concordância nesse *time*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Como último inscrito, o Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Sra. Zuleica, eu tenho uma dúvida. Algumas perguntas até foram respondidas já, principalmente a questão dos artistas. E me custa acreditar que pessoas instruídas, como são esses artistas, de renome nacional, não tinham conhecimento de que estavam cometendo irregularidades ao realizar um *show* privado.

E eu quero saber da senhora, só para confirmar o que foi levantado pelo Deputado Sóstenes, o grau de conhecimento desses artistas em relação à realização desses *shows* privados, que, pelo jeito, eram corriqueiros. O grupo que estava patrocinando exigia uma contrapartida do artista de um *show* privado. Era isso? Isso era normal?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Olha, se eles sabiam ou não, acho que eles precisam ser questionados.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Mas era normal essa contrapartida, essa contraprestação deles, eles realizarem esse tipo de serviço de *shows* privados?



A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim, eles participavam dos *shows*.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Certo.

Tem uma coisa também que a gente demora a entender.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eles cobravam. Eles cobravam para participar. Inclusive, tem uma rubrica na Lei Rouanet para pagar o intérprete.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Interessante isso. Tem uma dúvida em relação ao seu papel. A senhora era empregada do Grupo Bellini ou era empresária?

A SRA. ZULEICA AMORIM - As duas coisas. Eu comecei como empregada.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Sim. Mas havia uma relação de subordinação?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Ou seja, havia uma relação de subordinação, mas mesmo assim a senhora tinha uma empresa...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Em 2013 só, que é recente, que foi aberta a empresa no meu nome. Mas mesmo assim eu era subordinada a tudo o que era decidido.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Então, a senhora era empregada, não era empresária.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu era empregada.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Esse é um ponto que tem que ser esclarecido, e até no relatório final do Relator.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu era empregada.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Tem uma questão também que tem que ser colocada.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Eu cumpria horário, de segunda a sexta...

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Eu estava ouvindo atentamente a senhora, e a senhora me disse que, para realizar alguns pagamentos, eram utilizadas empresas que efetivamente não prestavam serviço, mas emitiam notas fiscais. A senhora disse isso anteriormente.



A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim, eu precisei adquirir essas notas fiscais, de alguns anos para cá. Eu não era registrada, então, eu comecei como prestadora de serviço.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Por último, Sra. Zuleica, estou achando até que a senhora é uma pessoa que foi utilizada nesse esquema, pelo que eu estou vendo. Há uma coisa, um caso extremamente rumoroso nesse processo todo, no inquérito, que foi o famoso casamento de Felipe lá no Jurerê Internacional.

Como é que foram pagos os artistas e a festa toda que lá aconteceu? A senhora tem uma noção disso, já que a senhora organizava esse tipo de evento?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Bom, como eu sempre trabalhei com evento, nesse evento, eu fui como convidada. *(Risos.)* Eu sempre trabalhei, e nesse eu não trabalhei. Eu não participei de nenhum procedimento de nada. Inclusive, a minha passagem...

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - A senhora recorda quem eram os artistas que se apresentaram lá?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não... Não, eu não trabalhei nesse evento.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Mas recorda quem eram os artistas que estavam lá se apresentando?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não entendi.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Quem eram os artistas que estavam lá se apresentando? A senhora recorda quem eram?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Ah, se eu recordo. Eu entendi "se eu recolho". Eu lembro que era um sertanejo, Leonardo alguma coisa, mas eu não sei o nome dele completo. Quando eu viajei, meu irmão mais velho pagou a minha passagem e as passagens das minhas filhas; eu fui como convidada. E teve, num determinado momento, um cantor sertanejo que apareceu lá, que se chama Leo alguma coisa, que eu não lembro o nome.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Só para concluir...

A SRA. ZULEICA AMORIM - E o casamento foi pago com o dinheiro da noiva, todo o casamento: comida, bebida, decoração. Apenas esse...

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Certo.



A senhora tem algum conhecimento... Porque o número de projetos aprovado pelo Grupo Bellini era muito extenso. A Polícia Federal fala em 25 milhões de desvio, fora o valor efetivo que foi feito em relação a essa captação.

A senhora tem conhecimento de alguma ligação de Antonio Carlos Bellini Amorim dentro do Ministério da Cultura ou junto aos órgãos que liberavam isso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, de maneira nenhuma, não tenho.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Ninguém do Ministério da Cultura passava no escritório onde tinha...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não. A Tânia escrevia muito bem os projetos. Todos os projetos que ela escrevia eram aprovados, sempre. Ela fez um curso para fazer os projetos com a Lei Rouanet. Só que, de todos...

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Certo. E ninguém mais no Brasil tem essa capacidade de ter aprovados tantos projetos.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Só que, de todos... É. Acho que é do valor de cada um. Ela sabia fazer o projeto. Agora...

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Em que ano começou...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Ela escrever os projetos?

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Sim.

A SRA. ZULEICA AMORIM - Acho que em 2003.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Dois mil e três, o primeiro ano do Governo do PT. Interessante.

Está *ok.*, Sr. Presidente. Dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Só uma perguntinha rápida. V.Sa. disse que era empregada da empresa, que cumpria horário e tal. V.Sa. recebia um determinado valor pelo salário, não é isso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Após ceder o nome para essa nova empresa, passou a ganhar alguma coisa a mais?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim, um valor para estar disponível, para assinar os cheques e contratos. Eu tive uma bonificação, um pró-labore.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas, em nenhum momento... Quer dizer, isso foi para usar o seu nome?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim, era um pró-labore.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O que foi essa remuneração? V.Sa. pode dizer isso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Era 1,5% dos projetos que entravam na conta, do valor que entrava na conta.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Um e meio por cento do valor dos projetos entraram na conta do Vision, que era em seu nome. Era remunerada por isso?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Isso. Isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E aí deu a procuração para ele fazer o que quisesse?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Agindo em seu nome irregularmente, ilegalmente?

A SRA. ZULEICA AMORIM - Não, isso eu não sabia que ia acontecer.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. nunca teve a preocupação de dizer, *“poxa, o que está acontecendo na minha empresa, eu mudei o meu nome?”* Nunca ninguém falou nada, *“estão fazendo alguma coisa errada e tal”*? Quando apareceu aquele negócio do casamento na revista, V.Sa. ficou preocupada ou não? *“Poxa, meu nome...”*

A SRA. ZULEICA AMORIM - A questão do casamento foi uma questão folclórica, porque eu não tive nada a ver com a produção do casamento.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas chamou a atenção, ou seja, algo estava errado, não é?

A SRA. ZULEICA AMORIM - A pior coisa que aconteceu para mim foi ser presa na frente das minhas filhas, às 5 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Imagino...

A SRA. ZULEICA AMORIM - Isso causou um trauma, e eu estou desempregada até hoje, porque ninguém quer saber da gente agora, entendeu?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E o seu irmão não fez nada?



A SRA. ZULEICA AMORIM - Ele não pode fazer nada, ele está de *habeas corpus*. Ele não pode nem sair de casa, nem ele nem meus sobrinhos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Muito obrigado.

Eu só quero fazer uma questão de ordem com relação à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Nós vamos deliberar sobre isso.

D. Zuleica, eu quero agradecer pela sua presença. Na minha modesta opinião, a senhora foi usada, ainda bem que a senhora não é guarda de trânsito, porque, se fosse, os carros todos estariam batidos. Mas, com certeza absoluta, a senhora foi usada. Obrigado por suas declarações. Agradeço muito pela senhora ter vindo. Muito obrigado.

Aos Parlamentares presentes, nós temos alguns requerimentos para serem deliberados. Quero consultar se nós podemos deliberar rapidamente os requerimentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu só quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Os Itens 4, 5, 6, 7, 8 e 9 dizem respeito a empresas, cujo requerimento eu havia feito. Mas eu fiz por duas vezes uma questão de ordem dizendo que nós não deveríamos convocar nenhuma empresa antes de dar a elas a oportunidade de se justificarem, através de uma carta, que foi encaminhada. Eu inclusive já recebi de alguns e já me dei por satisfeito, então, não era nem para isso entrar na pauta. Eu não sei se todos mandaram.

O que nós havíamos conversado era que mandaríamos para aquelas cem ou duzentas empresas. Aquelas que mostrassem que estava tudo o.k., tudo bem; aquelas que não mostrassem, nós convocaríamos. Eu recebi a justificativa de duas empresas, das outras, não recebi.

Sobre os Itens 4 e 5, eu não sei se chegou alguma coisa ou se o prazo já venceu ou não, mas já recebi a justificativa dos Itens 8 e 9 e me dei por satisfeito, então, não caberia convocá-los. Eu gostaria de pedir inclusive que os retirassem da pauta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - V.Exa. tem que fazer o requerimento, então, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Para retirá-los da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, mas nós tínhamos combinado que seria enviada a carta e, se eles não justificassem, nós os convocaríamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eles mandaram?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muitos mandaram, só que esses requerimentos tratam de patrocinadores.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas é a mesma coisa. Fui eu que fiz o requerimento, aí eu comecei a receber as pessoas se justificando. Inclusive, assim como a Zuleica, as empresas são vítimas do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, vamos deliberar na sequência os Itens 1, 2 e 3, depois, o 4, 5...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tudo bem. Agora, com relação aos Itens 10 e 11, eu quero fazer uma ponderação.

Primeiro, no item 10 — não sei se o Deputado Vicente Candido está aqui —, o Fabio e o Evaristo são chamados. Eu não sei nem quem são essas pessoas, não há nenhuma justificativa que me convença a chamá-los, pois não sei nem quem eles são. Então, ele precisava justificar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ele inclusive transformou a convocação em convite e já mandou uma informação para lá.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas convite para quê? Eu não sei quem são. Tem que ter o cara para justificar, até para me convencer. Agora, este aqui da Erika, o nº 11, é uma questão estadual que se está trazendo para cá. Isso não existe. Quer dizer, nós temos que respeitar a Constituição, que diz que há a área federal, a estadual e a municipal. Lá mesmo, em São Paulo, há vários Deputados do PT que podem patrocinar uma CPI lá do Estado. Não se pode trazer agora para cá, chamar aqui o Secretário do Estado de São Paulo de Cultura para discutir a Lei Rouanet na área federal. Então, esse item 11 não dá para votar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - De qualquer forma, se a Deputada Erika Kokay estivesse aqui, eu colocaria na pauta, porque foi um acordo que nós firmamos para deliberar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, isto aqui está acima do acordo, Fraga. Nesta questão aqui, conforme art.18 da Constituição, não se pode trazer — eu já vi em várias CPIs, inclusive nas Comissões — para a área federal questões que são locais, estaduais. Esse caras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É. Só tem um detalhe: a gente...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Estes três aqui são... inclusive, na justificativa, na justificativa, ela coloca, inclusive, que é Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Tá, mas aí...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O que tem a ver com São Paulo está CPI aqui? Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O problema, talvez, que tenha motivado é que estas personagens aqui estão no Boca Livre, na Operação Boca Livre. Outra coisa...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Este é o Secretário de Cultura de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Outra coisa, a gente só poderia perguntar sobre o PROAC - Programa de Ação Cultural, não é? O nosso objeto aqui é a Lei Rouanet.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E o PROAC, realmente, está fora do nosso objetivo de investigação.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Acho que isto aqui já tinha que dar como prejudicado, independentemente da presença aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Bom, eu não posso dar a prejudicialidade do requerimento. Mas eu gostaria de deliberar os itens 1, 2 e 3, porque estão presentes os Parlamentares, para que a gente possa avançar um pouco.

Item 1 da pauta.



Requerimento nº 1, do Sr. Izalci, que requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja convidado o Sr. Sérgio Paulo Rouanet, autor da Lei Rouanet, para prestar depoimento.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2.

Requerimento nº 22, do Sr. Izalci, que requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja convocado o Sr. Fábio Porchat para prestar depoimento.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Só lembrando que o Fábio Porchat é o Presidente da Academia Latino-Americana de Arte - ALA Brasil. É o pai...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, o item 3 é meu. É a mesma pessoa.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É a mesma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É a mesma pessoa. Então, os 2 e o 3 estão sendo deliberados.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Isso.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Que fique muito claro que não é o artista, mas o pai dele.

Em votação.

Aqueles que forem favoráveis, permaneçam como se acham.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não deixa de ser artista.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - É o pai do artista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É o pai do artista.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, mas ele é artista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Aprovado.

E, aí, eu quero consultar o Plenário se, de ofício, eu posso retirar os Requerimentos nºs 4, 5, 6, 7, 8 e 9. É esse o seu pensamento, Deputado?



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É. Eu pedi que tirasse exatamente por isso.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Perfeito.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Já tem 3 que eu já recebi a justificativa, já me mostraram, inclusive,...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Têm apoio.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - ...que foram vítimas. Os outros, eu tenho que ver uma resposta deles, que estão mandando aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Tá.

Então, eu coloco em votação o requerimento do Deputado Izalci Lucas.

Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovada a retirada de pauta desses itens.

Também retiro, de ofício, os nºs 10 e 11, uma vez que não há... Os autores não estão presentes, então, retiro de ofício.

O SR. DEPUTADO MARCELO AGUIAR - Só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCELO AGUIAR - O art. 35, § 1º, fala que *“Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do País, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.*

Então, os Requerimentos nºs 10 e 11, se nós estamos discutindo Boca Livre, é uma coisa, se estamos discutindo Lei Rouanet, isso já nos cabe uma situação tributária, de imposto, que deixa o Estado de São Paulo totalmente fora dessa situação. Então, isso tem que ficar bem claro nos Anais desta Casa, para a gente não infringir aquilo que está no nosso Regimento. Ponto número um.

E estes Requerimentos nºs 10 e 11 vão totalmente contrários àquilo que é o escopo desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, estou retirando de pauta esses dois requerimentos, até porque os autores não estão presentes. Retiro-os de pauta.

O SR. DEPUTADO MARCELO AGUIAR - Perfeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - No entanto, eu entendo que nós temos que deliberar, numa hora, sobre esse requerimento porque as pessoas estão citadas na Operação Boca livre, e a Operação Boca Livre está inserida na Lava-Jato, ou melhor, na Lei Rouanet, na Lei Rouanet.

Portanto, vamos deliberar isso numa outra ocasião, com a presença dos autores, para que expliquem melhor.

Concedo a palavra ao Deputado Sóstenes.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, é só uma consulta. Sr. Presidente, até quanto nós vamos poupar os artistas que já têm prestação de contas rejeitadas? Até quando nós não vamos pautar os requerimentos desses artistas? Porque acho que a CPI avança, pedimos a prorrogação, e é muito importante que a gente consiga votar requerimentos de importantes artistas, ou parentes de artistas, porque a gente não pode aqui poupar ninguém.

Sei que V.Exa. não tem condescendência com isso. Por isso, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que pautar os itens, requerimentos de vários Deputados, inclusive nossos, para a gente convocar, porque eu gostaria muito de ver que também esses artistas deem explicações de como participavam de eventos — como o que acabamos de ouvir aqui hoje — e que eles não tinham a menor noção, suposta noção de que estavam cometendo um ilícito.

Eu gostaria que V.Exa., com seu carinho, apreço a esta CPI, pautar isso o mais rápido possível. É um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu concordo plenamente com as palavras de V.Exa. Apenas quero dizer — não vou defender aqui o Relator — que o Relator pediu para que a gente seguisse primeiro na fase das empresas. Esta é uma fase da CPI, nós estamos trabalhando as empresas, os captadores, para que logo em seguida a gente possa fazer a convocação ou o convite para os artistas.

Existem poucos requerimentos de artistas. Só existe, que eu lembre, do Zé de Abreu. Nem da Claudia Leitte existe, que é a que está mais em evidência, uma vez que o Tribunal de Contas...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Existe um requerimento meu convocando a irmã dela, que assina pela empresa patrocinadora do evento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É a produtora.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - É a produtora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Essa pessoa se encontra fora do Brasil. Temos mantido contato com o advogado, e pediu que, inclusive...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Mas é por isso que eu acho que a gente tem que votar justamente aí, porque nós temos 60 dias de prorrogação da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Se a gente deixar isso para votar ao final, nós não vamos conseguir trazer essas pessoas, nem ouvi-las. Então, é um apelo para a gente votar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Esse requerimento já está aprovado. Esse requerimento já está aprovado.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Já está aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Já.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Da irmã da Claudia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Da irmã da Claudia já está aprovado.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - E não se está conseguindo encontrá-la?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ela, segundo o advogado, está fora do Brasil, mas que deu... e a Polícia Federal também informou isso.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - E explicou isso também para a Polícia Federal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É. A própria informação da Polícia Federal diz que ela está fora do Brasil.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Reside fora. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está em compras.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Mas há quanto tempo? É muito dinheiro da Rouanet para estar em compras esse tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É o dinheiro da Rouanet, não é? *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Bem, nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, convocando reunião oportunamente.

No dia 22, teremos a oitiva dos filhos do Sr. Bellini. No dia 22, portanto, teremos a oitiva do Bruno e do Felipe.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente sessão.